

que atendam às possibilidades dos mais bem aquinhoados.

Um dos problemas mais prementes do nosso povo, ressaltado pelo próprio Presidente da República em seu mais recente pronunciamento por uma cadeia de televisão, se configura no terrível déficit habitacional enfrentado pelo nosso povo, com dez milhões de famílias sem teto, espalhadas, principalmente, na periferia das grandes cidades, nas favelas, nos mangues e alagados, em condições subumanas.

O problema fundiário, correlato à questão agrária, e cada vez mais premente, traduzindo-se, muitas vezes, em reações violentas, em que se defrontam posseiros e capangas dos latifundiários, principalmente no norte do País, onde o problema da posse da terra se tem agravado, a partir da ampliação da fronteira agrícola e da ação pouco satisfatória do INCRA, em que pese a boa vontade dos seus dirigentes, insuficientemente ajudados pela legislação em vigor.

Advirta-se que a morosidade das medidas que se tomam para promover a verdadeira justiça no plano agrário e fundiário somente contribui para os gestos desesperados dos lavradores desaposados, violentamente repellido pelas Forças Armadas, enfrentando, reiteradamente, o resultado das decisões judiciais, quase sempre adversas aos sem-terra.

A redução do preço da terra urbana é imperativa, podendo ser solucionado o problema por iniciativa dos Governos Estaduais, em convênio com o Governo Federal, enfrentando-se o problema racional e corajosamente, com a urgência que se faz necessária.

A verdade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que essa grande massa de brasileiros que compõe a classe média que sistematicamente é relegada ao esquecimento, embora constitua a grande força de trabalho e de produção do País, o brasileiro não pode pagar sua casa própria nas condições que lhe estão sendo exigidas e, deploravelmente, terá que continuar a esperar mudanças no Sistema Financeiro de Habitação e aguardar que cabeças mais arejadas e espíritos mais abertos para os problemas sociais tenham a oportunidade de dirigir essa mudança.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Temos sustentado, em mais de um pronunciamento, que o problema habitacional da população de baixa renda, cada vez mais grave principalmente nos maiores centros urbanos e nas áreas metropolitanas, não se resolve apenas procurando transformar em proprietários cidadãos pessoas com uma renda mensal inferior a cinco salários mínimos.

Mais de vinte anos de experiência do Sistema Financeiro de Habitação demonstraram que o déficit habitacional não vem diminuindo convenientemente, mas, ao contrário, temos cerca de dez milhões de famílias sem teto em todo o País.

O Banco Nacional da Habitação, comportando-se como um estabelecimento de crédito, sem nenhum financiamento a fundo perdido, transformou-se num rotundo fracasso, com uma fila enorme de devedores, cuja inadimplência se multiplicou depois do Cruzado II, quando a mais artifi-

ciaosa correção monetária não conseguiria reduzir os débitos.

Melhor seria que, a esta altura, o sistema transformasse o contrato de promessa de compra e venda em simples contrato de aluguel, sem despejar ninguém nem executar débitos, que começaram no dia mesmo em que o BNH admitiu o artifício da chamada "renda familiar" como documento de garantia das prestações.

Felizmente, agora, o Executivo propõe, no anteprojeto de Lei do Inquilinato, a solução que sempre nos pareceu viável, consubstanciada no seguinte artigo:

"Art. 7º A União Federal, na realização de seu programa habitacional, poderá:

I — instituir sistemas de incentivos fiscais à empresa privada, na execução de projetos de construção de habitações populares para a população de baixa renda;

II — estimular e apoiar a construção ou construir, diretamente, quando julgado necessário ou conveniente, unidades habitacionais populares, destinadas a pessoas de reduzida ou insuficiente capacidade econômico-financeira, valendo-se, inclusive, do que dispõe o art. 7º do Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1987.

Parágrafo único. Na hipótese de construção direta de habitações sociais, o Poder Público poderá dá-las em locação ou sobre elas conceder o direito real de uso por tempo determinado e sob condições resolutivas, transmissíveis intervivos, com anuência do poder concedente, ou por sucessão legítima ou testamentária."

Está aberto o caminho para que os Estados e Municípios busquem solucionar o problema do déficit habitacional, nos limites da sua jurisdição, oferecendo aluguéis à população de baixa renda.

Outro assunto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, diz respeito

O conhecimento das instituições brasileiras constitui um dos fatores mais positivos para a elevação do sentimento de Nação que, infelizmente, continua a faltar à nossa sociedade. Por isso que representa dever indeclinável daqueles que têm o privilégio de pertencer a esta Casa, realçar o valor das instituições brasileiras, conquistadas empreendidas muitas vezes com o sacrifício de nossos antepassados e que merecem, até por isso, ser difundidas e respeitadas por toda a gente.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, padecemos, como Nação, do terrível mal decorrente da debilidade de nossas instituições. Mas, cabe a indagação. Até que ponto essa debilidade não decorre do desconhecimento dessas instituições, de como surgiram, de como foram mantidas nos momentos de crise, de quanto sacrifício exigiram de seus modeladores, verdadeiros heróis, enlouquecidos de ideal, quixotes deslocados no tempo a perseguir novos amores e transmitir novas lições.

Falo hoje de uma instituição pernambucana, o **Diário de Pernambuco**, que, no último dia 7 de novembro, completou 162 anos de existência. É, seguramente, a mais antiga publicação diária em língua portuguesa no mundo, conforme atestam os historiadores: "cabe incontestavelmente ao **Diário de Pernambuco** — depõe

Alfredo de Carvalho, nos Anais da Imprensa Periódica de Pernambuco — a primazia da idade na imprensa de toda a América Latina, porquanto o seu aparecimento precedeu de quase dois anos ao do **Jornal do Comércio** do Rio, a 1º de outubro de 1827, e de três ao **El Mercurio**, de Valparaíso, em 1828, aos quais alternada e erradamente se tem conferido aquela prioridade".

De seus contemporâneos no mundo, que foram muitos, e de seus antecessores em diversas línguas, que foram apenas 19, quase todos desapareceram ou se transformaram em novos órgãos. Mas o velho **Diário** aí está, ostentando a mesma bandeira, sem lapsos de funcionamento, desde quando, no remoto dia 7 de novembro de 1825, um negro saía de uma tosca oficina tipográfica na Rua Direita, no bairro de São José, sobreçando alguns exemplares do número 1, para entrega aos subscritores, como, à época, se chamavam os assinantes e anunciantes. A rotina do velho negro não se interrompeu nunca mais. E hoje, é quase inconcebível a um pernambucano medianamente dotado, sair para o trabalho antes de ler a edição do dia do **Diário de Pernambuco**.

Seu fundador foi o ex-professor primário, preceptor dos filhos das melhores famílias recifenses do terceiro quartel do Século XIX, e depois tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão. Na mente do jovem jornalista, nos idos de 1825, fervilhavam os ideais da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador, de 1824, primeiros sonhos concretos da República, surgidos em terra pernambucana, repercussões um tanto distanciadas do brado republicano pioneiro de Bernardo Vieira de Melo, na Olinda de 1710.

Não obstante suas convicções revolucionárias, Miranda Falcão, com notável visão do futuro, não pretendeu dar à sua folha o caráter de jornal político, porque — ele bem o sabia — os jornais ideológicos desapareciam abafados pela repressão imperial. Era preciso o pioneirismo do estilo isento, da folha informativa por excelência, e este pioneirismo foi fielmente exercitado pelo jovem jornalista. Erguido em bases tão sólidas, surgido do sacrifício de homens como Miranda Falcão, não admira que o Diário ainda hoje aí esteja, mais forte que nunca, e tenha sido, durante toda sua longa trajetória, mais que simples jornal de província, para constituir-se no testemunho mais enfático de nossa história.

E a própria história do velho jornal tinha continuação. Sucedeu a Miranda Falcão na direção e propriedade do **Diário** o Comendador Figueiroa — Manuel Figueiroa de Faria — com os mesmos propósitos e ideais do fundador. "Sempre pusemos a mira na felicidade geral e esta — palavras do novo proprietário — será a nossa bússola". Esta, senhores, é uma lição que precisa ser difundida no Brasil de hoje, para que as novas gerações conheçam os motivos pelos quais uma instituição se consolida com o tempo e não se deteriora, como ocorre às idéias destituídas de substância espiritual.

E o **Diário** converteu-se numa das maiores e mais fulgurantes galerias de jornalismo e de história de nosso País. Em suas folhas, que hoje consideramos sagradas, desfilaron nomes que construíram a própria nacionalidade. Desde os mais antigos, Antônio Pedro de Figueiredo, Torres Bandeira, Mârciel Monteiro, Vauthier, Agrário de

Menezes, Nascimento Feitosa, Antônio Vitrúvio, Felipe Néri da Fonseca, Aprígio Guimarães, Brás Florentino Henrique de Souza; passando pelos acadêmicos notáveis da Faculdade de Direito do Recife, Tobias Barreto, Rui Barbosa, Fagundes Varela, Castro Alves, Sílvio Romero; até os polemistas Felipe Lopes Neto e Pedro Autran e os articulistas Jerônimo Vilela, Joaquim Coelho, Lourenço Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, Inácio Bento de Lóiola, Gervásio Pires Ferreira; e, mais modernamente, Gilberto Freyre, Anibal Fernandes, Mauro Mota, Assis Chateaubriand.

Sim, foi a partir da velha banca do **Diário** que Assis Chateaubriand construiu um dos mais fulgurantes impérios jornalísticos das Américas, ele mesmo convertendo-se na mais projetada personalidade do jornalismo brasileiro dos tempos modernos.

Não admira, senhores, que o **Diário de Pernambuco** ostente a posição de líder do jornalismo pernambucano e se tenha convertido em fonte necessária a pesquisa de nossa história política e social, a partir de 1825. E não estranha, da mesma forma, que tenha eu ocupado a atenção dos senhores, muito menos para enaltecer um jornal de minha terra, que para registrar a alegria de todos os pernambucanos e brasileiros em comemorar, com os que hoje fazem o **Diário de Pernambuco**, os 162 anos de sua vitoriosa e honrada existência.

Que possamos nós, louvados na iniciativa de homens como Marinho Falcão, Figueiroa de Faria, Rosa e Silva, Assis Chateaubriand e tantas outras figuras notáveis, cultivar os ideais maiores da nação brasileira, neste hora de reconstrução. Que o exemplo desses velhos e respeitáveis nomes nos inspire a fixar as nossas vistas no interesse público, olhos fitos no futuro deste País, mais do que nunca dependente do esforço, do descortínio e do trabalho honrado de cada um de nós.

O **Diário de Pernambuco** é uma instituição pernambucana e brasileira destinada assim a nos transmitir inolvidável lição.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PAES DE ANDRADE (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Por que motivo há o Brasil de fazer concessões aos credores estrangeiros (no caso os bancos privados norte-americanos, reunidos pelo secretário do Tesouro, James Baker) a esta altura dos acontecimentos?

O Brasil bem poderia alegar, e com justiça, que a **instabilidade** dos mercados internacionais financeiros e os sucessivos choques que o dólar sofre não aconselham negociações muito profundas e que impliquem compromissos para os futuros governos da Nova República.

Procedemos como se ignorássemos a disputa de influência e poder que hoje se trava, principalmente, entre os Estados Unidos, de um lado, e o Japão e algumas nações européias (notadamente a Alemanha Federal), de outro.

Os Estados Unidos estão jogando com vistas ao século XXI e o mesmo ocorre com o Japão, a Europa Ocidental e a União Soviética. O grande programa popularmente chamado **Star Wars**, figurando uma situação de guerra praticamente impossível, não passa de uma justificativa para

que os Estados Unidos subsidiem as indústrias de ponta e a pesquisa científica e tecnológica.

Enquanto isso, no Brasil, não faltam as vezes para desencorajar-nos, as vezes que dizem que temos de abrir mão da reserva de mercado para a informática, por ser absurda e impedir a importação de tecnologia. No entanto, os Estados Unidos, em nome da sua segurança nacional, da sua defesa e dos seus interesses, foram ao ponto de forçar as grandes firmas japonesas de informática, em seu território, a venderem os seus interesses. E este, paradoxalmente, foi um dos fatos que levaram os japoneses (três firmas diferentes) a fabricarem supercomputadores, no Japão, equipando-se aos americanos.

Sr. Presidente:

Os investimentos norte-americanos em pesquisas são gigantescos, mobilizando as indústrias privadas, os laboratórios de instituições estatais, as Forças Armadas (que são parte do Estado), as universidades que recebem dotações e financiamentos, enfim, jamais o Estado americano está ausente. E os Estados Unidos dão ênfase à eletrônica, de um modo geral, à informática, à pesquisa sobre a utilização sofisticada da luz (a partir dos **lasers**), à energia nuclear, à biotecnologia e tecnologia aeroespacial (**avionics**). No plano econômico e financeiro, dirigem-se para os serviços, como um todo, a começar pelos sistemas e complexos bancários, pelos seguros e resseguros, pela construção civil (e militar), pela tecnologia avançada do petróleo e do gás natural, pela busca de matérias-primas e produtos primários mais baratos e de fácil acesso, para a navegação marítima e aérea. Hoje, o símbolo do progresso dos Estados Unidos, como do Japão, não é uma usina siderúrgica, mas um computador — e a grande aventura é o computador de 5ª geração, o chamado "computador pensante".

Enquanto isso, Sr. Presidente, no Brasil, mesmo fatos de saber que já pagamos e repagamos os juros e **spreads** escorchantes de uma dívida externa que já não é mais dívida (mas virou meio de vida para alguns grupos financeiros e arma de pressão para os Estados Unidos), voltamos a Washington e a Wall Street, praticamente nos mesmos termos do Ministro Antônio Delfim Netto, a pedir:

1) Dinheiro novo. Um pequeno aumento da arrecadação (entre 2% e 3%) que com aperfeiçoamento da máquina tributária nos daria grande parte do dinheiro novo de que precisamos para a retomada do desenvolvimento econômico. Uma reforma financeira, no plano interno, faria com que a poupança se encaminhasse para a indústria, o comércio, a lavoura, a criação de empregos, a modernização da infra-estrutura, desviando-a da especulação desviada da "ciranda financeira", do **overnight** e de investimento no estrangeiro, que aliás são promovidos e estimulados pelo Banco Central, ao manter artificialmente elevadas as taxas de juros.

2) A instituição de um depósito no Banco para compensações internacionais — BIS — de país devedor (Brasil) e dos seus credores, para garantir o dinheiro desses últimos. Com isso, impedimos que haja melhor deságio dos títulos da nossa dívida externa em mãos dos banqueiros que nos exploram. Em suma, garantimos o dinheiro dos bancos contra o interesse nacional. A experiência já demonstrou que não há represálias em grande

escala possíveis contra o Brasil, principalmente nesta hora em que as dívidas das nações emergentes, subdesenvolvidas ou em dificuldades alcançaram a cifra aproximada de 900 bilhões de dólares, no mínimo. Em suma, beiramos o **trilhão** de dólares. Se por um acaso todo esse dinheiro fosse pago de uma só vez, o sistema financeiro internacional iria à falência, não por falta de caixa, mas por excesso de meios e ausência de planos. Também a grave crise estrutural dos Estados Unidos (que são um país ainda em crescimento a enfrentar obstáculos cada vez maiores) não aconselha uma atitude de concessão fácil, capitulação ou subserviência.

3) A promessa da redução de **spreads**. Há uma promessa formal, obtida pelo então Ministro Dilson Funaro, em documento. Mas, neste momento, nem sequer uma meta nítida foi estabelecida. Será o **spread** que o México está pagando, de 0,8%? Ou será aquele que o Brasil, fantásticamente, paga: o de 2,5%? Sim, os bancos admitem discutir os **spreads**. Mas não fixam patamares nem fazem propostas concretas. Se as fazem, o povo do Brasil tudo ignora, pois o Estado não divulga as informações. Sabemos, no entanto, todos nós, que os altos círculos políticos e financeiros dos Estados Unidos tudo conhecem recebendo, inclusive, informações do Brasil.

4) A admissão tácita de que vamos, mais uma vez, submeter-nos a supervisão ou ao monitoramento pelo Fundo Monetário Internacional, uma coisa que os Estados Unidos, a nação com o maior **déficit** interno do mundo, não admitiria, por motivos óbvios, apesar de serem os maiores quotistas do FMI.

5) Finalmente, estamos pedindo que nos **perdoem** a audácia de termos declarado moratória (e moratória parcial) para não sacrificarmos o povo, como dizia Tancredo Neves, e vamos então pagar a banqueiros que despejaram, sobre o mundo subdesenvolvido, os grandes excedentes de eurodólares, a um tal preço que só se poderia classificar esse tipo de operação como **usura**. Há países que não pagaram, em situações semelhantes. Os Estados Unidos, a União Soviética, a Grã-Bretanha etc. O Brasil vai pagar. Quanto dessa dívida é mesmo dívida? Quanto é multiplicação artificial de juros e **spreads**? Quanto não passa de comissões e propinas, muitas vezes chamadas de serviços? Onde está o levantamento da dívida externa, a investigação que nos permita saber se realmente somos devedores ou se não passamos de uma vaca leiteira eternamente mungida e jungida?

O SR. RUBEN FIGUEIRO (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Todos nós, detentores de mandato, o fomos sobre o apanágio da Constituição vigente. A grande maioria foi eleita pelo voto popular, o que é o mais legítimo referendo. Apenas o Presidente da República foi eleito por um colégio eleitoral, cuja legitimidade não tem o amparo popular.

Mas sem dívida nenhuma todos os mandatos atuais revertem-se da legalidade constitucional vigente.

É por esta razão, Sr. Presidente, que discuto o propósito político e todos quantos aqui nesta Casa desejam reduzir o mandato atual do Presidente da República para quatro anos. Sem dúvida,